

AQUECIMENTO GLOBAL

Sob a sombra do tempo

Fiocruz mapeia a vulnerabilidade de municípios brasileiros às mudanças climáticas

CESAR BAIMA
cesar.baima@oglobo.com.br

Diz a anedota que no clima da Amazônia só existem duas estações: a que chove o dia todo e a que chove todo dia. A verdade, claro, é muito mais complexa que isso, mas outro fato é que, de acordo com as principais projeções feitas até agora, a região será uma das que mais vai sofrer com o aquecimento global. Dependendo do cenário para a evolução das emissões mundiais dos gases do efeito estufa, em algumas áreas a expectativa é de que até o fim do século a temperatura média suba em cerca de 7 graus Celsius, enquanto as precipitações podem se reduzir em mais de 40%, com longos períodos de estiagem que colocam em risco o delicado equilíbrio do bioma e, consequentemente, as populações que nele vivem.

E foi justamente em busca de dar uma dimensão humana a estes números climáticos que uma equipe de pesquisadores coordenada por Ulisses Confalonieri, do Centro de Pesquisa René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Belo Horizonte, cruzou os dados das previsões para o futuro do clima na região entre 2041 e 2070 com informações sobre a realidade social, econômica, ambiental e de saúde atual dos 62 municípios do estado do Amazonas para o quão vulneráveis eles estão às possíveis alterações nos padrões do tempo, assim como identificar quais são estas vulnerabilidades. Em breve, o grupo vai publicar resultados de levantamentos semelhantes para cinco outros estados (Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Maranhão e Mato Grosso do Sul) e pretende fazer o mesmo para o resto do país.

Segundo Confalonieri, o objetivo é ajudar os governos locais, estaduais e federal a priorizarem investimentos e melhor alocarem recursos em projetos que visem preparar os municípios às mudanças esperadas sobre três pilares: sua sensibilidade, que leva em conta fatores como pobreza, taxa de infecção por doenças associadas ao clima e situação demográfica (proporção de idosos na população, de famílias chefiadas por mulheres ou pais muito jovens etc); sua exposição, que inclui o grau de preservação do ambiente e manutenção da cobertura vegetal e o histórico de eventos extremos, como secas ou inundações; e sua capacidade de resposta, ou seja, a qualidade da infraestrutura e instituições de cada município, como saneamento básico, acesso à água potável e a existência, ou não, de um departamento de Defesa Civil.

— A ideia deste índice é guiar a tomada de decisões relativas a projetos e investimentos em políticas de adaptação às mudanças climáticas — diz Confalonieri. — Mais do que saber qual município dentro de um determinado estado vai precisar de mais investimento, os tomadores de decisão saberão também o porquê de alguns estarem em pior situação que outro, como por exemplo se tem uma capacidade de resposta baixa por falta de infraestrutura ou tem uma exposição maior por ser mais sujeito a inundações para que se planeje sua proteção e prevenção dos efeitos de eventos climáticos.

INVESTIMENTOS EM ADAPTAÇÃO

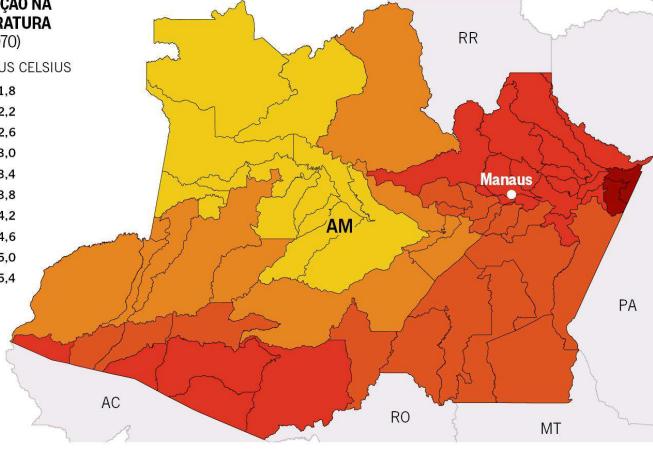
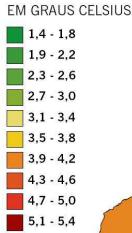
Aluna de doutorado no René Rachou e integrante da equipe responsável pelo estudo, Júlia Menezes destaca que o novo índice vai além dos indicadores de vulnerabilidade municipal já calculados pela Fiocruz hoje, exatamente por incorporar uma dimensão climática à análise. Assim, se um município atualmente costuma enfrentar alagamentos e está preparado para isso, mas fica em uma região que no futuro o clima verá muito menos chuvas, os governos devem investir em adaptá-lo para um cenário de estiagem, e não de mais inundações.

— A mudança do clima é uma realidade e vai acontecer — lembra. — Diante disso, construímos uma ferramenta para que os governos saibam quais são suas deficiências de hoje frente aos cenários futuros, e o que podem fazer para a população sofrer menos lá na frente. •

PREVISÕES E REALIDADE

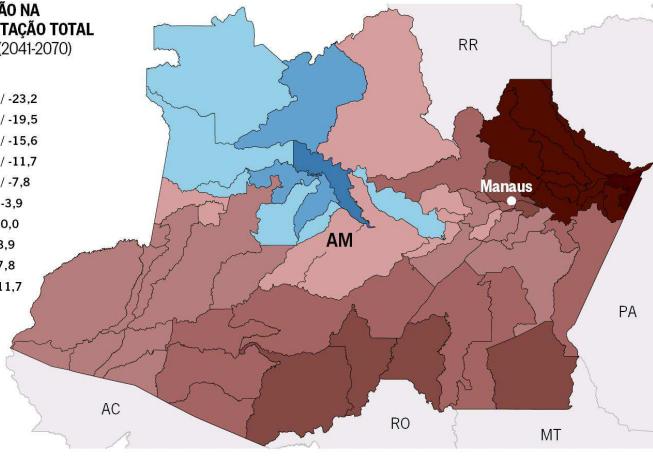
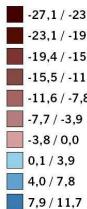
LEVANTAMENTO CRUZOU PROJEÇÕES DO FUTURO DO CLIMA COM DADOS SOBRE SITUAÇÃO ATUAL DOS MUNICÍPIOS

ALTERAÇÃO NA TEMPERATURA (2041-2070)

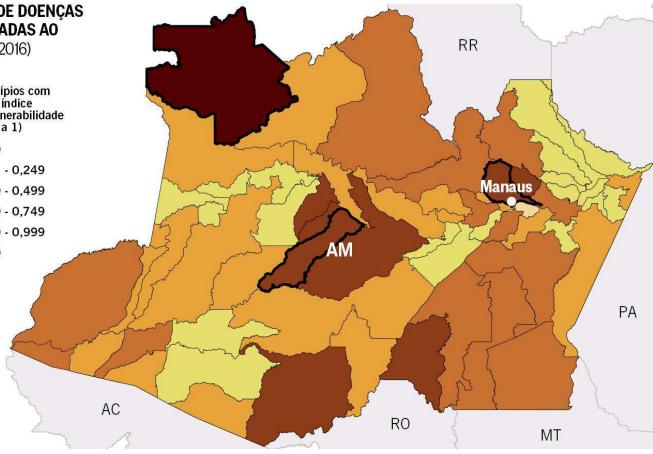


VARIAÇÃO NA PRECIPITAÇÃO TOTAL ANUAL (2041-2070)

EM %



ÍNDICE DE DOENÇAS ASSOCIADAS AO CLIMA (2016)



Fonte: Fiocruz

Brasil ratifica Acordo de Paris

Termo com medidas práticas adotadas para cumprir as metas será publicado em novembro

CATARINA ALENCASTRO catarina.alencastro@bsb.oglobo.com.br

EDUARDO BARRETO eduardo@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA - O compromisso internacional para o aquecimento global foi oficializado ontem, com a ratificação do tratado. O presidente Michel Temer assinou a mação do tratado e, com isso, o Brasil promete a cortar as emissões de estufa do país em 37% até 2025, 2030, tendo como base o ano de 2005.

O tratado tinha sido assinado pelo presidente Dilma Rousseff em abril deste ano, na Cidade de York, nos EUA. Em julho o texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e, em agosto, no Senado Federal. Os planos são implementados para atingir as metas do acordo, mas só em novembro deste ano se publica o documento com as medidas que o Brasil vai adotar para cumprir as metas.

— O processo é o mais longo para a ratificação, com o primeiro rascunho da estratégia em novembro, o debate com a sociedade civil, a aprovação do projeto de lei, a negociação com o governo, a assinatura do tratado, a publicação do documento com as metas e a implementação das medidas para cumprir as metas.

Números

197 PÁISES Assinaram o documento durante a COP-21, no ano passado

43% DE EMISSÕES É quanto o Brasil terá que cortar de suas emissões de gases de efeito estufa até 2030

Os objetivos de redução das emissões propostas foram revelados durante a COP-21, que aconteceu em dezembro do ano passado, na Cidade de Paris. Além do volume de gases de efeito estufa, o Brasil promete aumentar a eficiência energética, aumentar a produção de energia renovável, investir em florestas e zerar o desmatamento ilegal da Amazônia até 2030.

O Acordo de Paris foi assinado durante a COP-21, e os governos vêm se comprometendo com metas de redução das emissões. Entre as economias que assinaram o tratado, estão EUA e China — os maiores poluidores do planeta, respondendo por 40% dos lançamentos de gases nocivos à atmosfera.

O objetivo global é limitar o aquecimento médio mundial em 2°C em relação aos níveis pré-industriais. Quando entrar em vigor, o acordo estabelece um financiamento coletivo de no mínimo 100 bilhões de dólares por ano para países em desenvolvimento que são mais impactados pelas mudanças climáticas.

Até o momento, 27 dos 197 países que assinaram o acordo, que respondem por 55% das emissões globais, já ratificaram o tratado. Depois da aprovação do Congresso, o Acordo de Paris passa a valer a partir de 2020. De acordo com o tratado, que pelo menos 55 países, responsável por 55% das emissões globais, devem entrar em vigor. Os países que ratificaram o tratado devem cumprir seus compromissos internacionalmente. Deve haver ainda uma revisão das metas a cada cinco anos.

Editoria de Arte